

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-897-7 DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	
André Silva Neto Almeciano José Maia Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9771923121	
CAPÍTULO 2	11
BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS	
Sandra Cristina Franchikoski Susana Cesco	
DOI 10.22533/at.ed.9771923122	
CAPÍTULO 3	21
EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Marcela Rebecca Pereira Robson José Silva Santana Larissa Petrusk Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923123	
CAPÍTULO 4	37
A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO	
Gabriela Leão de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9771923124	
CAPÍTULO 5	51
A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA	
Emmanuel Vasconcelos Romão Elissama Silva Braga Welligton Aguiar Ponte Filho Betânia Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9771923125	
CAPÍTULO 6	56
CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO	
Carolina Fernandes Paris Isabella Vitória Kohiyama de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9771923126	

CAPÍTULO 7	83
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL	
Nathalia Maria Silva da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923127	
CAPÍTULO 8	96
ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO	
Murilo Henrique de Brida	
DOI 10.22533/at.ed.9771923128	
CAPÍTULO 9	108
DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	
Luíza Sampaio Jacob	
Marina Holler Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9771923129	
CAPÍTULO 10	121
DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK	
Adriana Silva da Fonseca	
Bryan Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.97719231210	
CAPÍTULO 11	144
DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
Ellen Soares Fraga	
DOI 10.22533/at.ed.97719231211	
CAPÍTULO 12	157
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS	
Bruno Barreto Cesarino	
Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho	
César Floriano de Camargo	
Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
Leila Rufino Barcelos	
Danilo Bezerra de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.97719231212	
CAPÍTULO 13	167
HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA	
Roberta Elias Mendonça Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.97719231213	

CAPÍTULO 14	179
FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA	
Ingrid Cardoso Caldas Willian Tihago Quirino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.97719231214	
CAPÍTULO 15	193
PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Franciele da Silva Freitas Rita Vanderléia Martel	
DOI 10.22533/at.ed.97719231215	
CAPÍTULO 16	207
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA	
Marcella Lima Marinho Luciana Lopes Silva Martins Nara Lisiane Abreu de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97719231216	
CAPÍTULO 17	218
PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER	
Eid Badr Mário Vinícius Rosário Wu	
DOI 10.22533/at.ed.97719231217	
CAPÍTULO 18	233
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES	
Ana Laura Vianna Villela Rosa Salete Alba Claudio Machado Maia Laiz Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.97719231218	
CAPÍTULO 19	246
SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI	
Ernandes Farias da Costa Francisco Damião Damasceno Neto Luise Maria dos Santos Dias John Lennon Oliveira Araújo Rubens Caminha Juaçaba Filho Silvio Roberto Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231219	

CAPÍTULO 20	251
SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA	
Mónica Montana Martínez Ribas	
André Andriw Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231220	
CAPÍTULO 21	264
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO	
Benedita Beatriz Elias Dias	
Jamille Rodrigues Braga	
Lívia Kelly da Silva	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.97719231221	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	270
ÍNDICE REMISSIVO	271

BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS

Data de aceite: 18/11/2019

Sandra Cristina Franchikoski

Universidade Federal do Pampa

São Borja - RS

Susana Cesco

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a repercussão do Programa Bolsa Família no perfil socioeconômico de Porto Vera Cruz, município do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem como principal objetivo combater a pobreza. Assim, após uma breve descrição dos COREDEs e do Programa Bolsa Família, realizou-se um levantamento de dados econômicos dos municípios pertencentes ao COREDE Fronteira Noroeste e, particularmente, do município de Porto Vera Cruz, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A análise dos dados foi feita sob a perspectiva de comparações entre os municípios, o Estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Os dados analisados demonstram que o Programa Bolsa Família pode ter contribuído

para que a população do município estudado diminuísse os índices da pobreza, mas ao mesmo tempo revela que, pelo menos até 2010, os índices ainda encontram-se elevados, uma vez que o município está ilustrado como o de maior percentual de pobres dentre os municípios do COREDE Fronteira Noroeste, não apenas do estado, mas do país.

PALAVRAS-CHAVE: COREDE. Programa Bolsa Família. Pobreza.

BRIEF ANALYSIS OF THE REPERCUSSION OF THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM ON THE SOCIOECONOMIC PROFILE OF A MUNICIPALITY OF THE NORTHEAST FRONT BORDER OF RS

ABSTRACT: This article aims to analyze the impact of the Bolsa Família Program on the socioeconomic profile of Porto Vera Cruz, a municipality of the Northwest Frontier Regional Development Council (COREDE). Bolsa Família is an income transfer program whose main objective is to combat poverty. Thus, after a brief description of the COREDEs and the Bolsa Família Program, economic data were collected from the municipalities belonging to the Northwest Frontier COREDE and, in particular, the municipality of Porto Vera Cruz, provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Atlas Brasil and Ministry

of Social Development and Hunger Alleviation (MDS). Data analysis was performed from the perspective of comparisons between municipalities, the state of Rio Grande do Sul and Brazil. The data analyzed show that the Bolsa Família Program may have contributed to the population of the municipality studied reducing poverty rates, but at the same time reveals that, at least until 2010, the rates are still high, since the municipality It is illustrated as having the highest percentage of poor among the municipalities of COREDE Northwest Frontier, not only of the state, but of the country.

KEYWORDS: Bolsa família Program. COREDE. Poverty.

1 | INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) integra a política pública intitulada Fome Zero, que objetiva combater a pobreza por meio da garantia da transferência condicionada de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e, também, a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome e à exclusão social (BRASIL, 2007).

O PBF surgiu em 2003 com a agregação de quatro programas criados por governos federais anteriores, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. O programa oferece um benefício direto a famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza, que são aquelas com renda mensal per capita de até R\$ 85,00 e de R\$ 85,01 a R\$ 170,00, respectivamente. A renda familiar é calculada a partir do somatório de todas as rendas das pessoas da casa no mês, o valor total é dividido pelo número total das pessoas que vivem na casa.

Dada a vulnerabilidade dos municípios situados em regiões de fronteiras, os mesmos apresentam perda populacional. Os indicadores sociais do COREDE, principalmente no que se refere à educação e à saúde da população, apresentam valores acima das médias estaduais. O mesmo não ocorre em relação à renda. Os COREDES foram criados 1994 e têm como objetivo promover o desenvolvimento regional e integrar recursos e ações governamentais para a melhoria da qualidade de vida da população, estimulando a permanência do homem em sua região.

Em geral, a carência de apoio do Governo Federal na solução de problemas advindos da relação fronteiriça tem comprometido a efetividade das políticas públicas na faixa de fronteira e, por consequência, dificulta o desenvolvimento local integrado. A baixa densidade populacional e a distância dos centros decisórios favorecem a ausência de iniciativas políticas de maior complexidade. Uma das causas apontadas como entrave ao desenvolvimento na faixa de fronteira é a ausência de políticas públicas que levem em conta as demandas das populações locais permeadas por cidadãos de países vizinhos, com reflexos diretos nas áreas de segurança, saúde,

educação e assistência (BRASIL, MI, 2010).

Nessa perspectiva, de acordo com a problematização dos diagnósticos, muitos são os fatores que contribuem para essa situação de vulnerabilidade, a qual exige um esforço de construção de um plano de desenvolvimento. Desse modo, considerando os estudos já realizados e informações apresentadas, o presente artigo tem como foco analisar a repercussão do PBF no perfil socioeconômico de Porto Vera Cruz, considerando a melhora nos números e os problemas que ainda existem.

Diante do exposto, buscase com esse estudo verificar a repercussão do PBF no perfil socioeconômico de um município do COREDE Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. Para tanto, far-se-á a quantificação dos dados existentes referente à população pobre e extremamente pobre e o índice de Gini do município em estudo, a identificação do percentual da população em vulnerabilidade à pobreza nos municípios do COREDE Fronteira Noroeste e a identificação da evolução do número de famílias beneficiadas pelo PBF no município de Porto Vera Cruz.

A justificativa desta pesquisa deve-se à necessidade de verificar o impacto e a influência que o Programa Bolsa Família exerce na mudança do perfil socioeconômico da população vulnerável à pobreza, buscando contextualizar a ligação entre os índices encontrados. Os resultados desta pesquisa propõem, portanto, identificar um primeiro índice de observação para refletir a importância de fomentar esse tipo de Programa bem como aguçar a capacidade de visionar a situação atual e futura e projetar planos, metas e mudanças para mudar a trajetória de desenvolvimento dos municípios de fronteira e conseqüentemente seu estado socioeconômico.

2 | CAMINHOS PARA UM ESTUDO DE CASO

Este estudo se caracteriza, além de revisão bibliográfica, como um levantamento de dados secundários, disponíveis em plataforma aberta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os dados secundários são aqueles coletados, tabulados e ordenados, baseados em estatística e dados de recenseamentos (MATTAR, 1994).

Tal estudo apresenta-se como preponderante descritivo, pois os resultados do estudo se propõem a descrever os dados encontrados. A proposta desse artigo, portanto foi levantar os dados socioeconômicos dos municípios que compreendem o COREDE Fronteira Noroeste, analisá-los traçando um comparativo entre os dados do Estado e do País e em particular do município de Porto Vera Cruz, objeto deste estudo, e correlacionar ao Programa Bolsa Família.

3 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados descrita a seguir utilizou-se da análise quantitativa com o auxílio visual de tabelas e gráficos. Como descrito anteriormente, para responder aos objetivos deste trabalho foram coletados e organizados os dados através de índices históricos. Os dados socioeconômicos foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Atlas Brasil, relativos aos anos de 1991 a 2010 e no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), relativos aos anos de 2005 a 2016.

A partir de então realizou-se a análise dos resultados destacados para melhor responder aos objetivos deste trabalho. Os dados foram pesquisados no dia 15 de julho de 2016.

4 | DADOS SOCIOECONÔMICOS

Entre 2000 e 2010, a população de Porto Vera Cruz cresceu a uma taxa média anual de -2,81%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 20,37% para 23,76%. Em 2010 viviam, no município, 1.852 pessoas, sendo que a estimativa para o ano de 2015 era de 1.733 habitantes (BRASIL, Atlas, 2016).

Como mencionado anteriormente, as áreas situadas na faixa de fronteira tem apresentado um fenômeno de esvaziamento demográfico, já que outras regiões do estado tem se mostrado mais atraentes para parte da população economicamente ativa. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de - 4,73%. Na UF, esta taxa foi de 1,21%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 10,31% para 20,37% (BRASIL, Atlas, 2016).

A renda per capita média de Porto Vera Cruz cresceu 240,30% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 144,00, em 1991, para R\$ 227,93, em 2000, e para R\$ 490,03, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 6,66%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,23%, entre 1991 e 2000, e 7,95%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 69,39%, em 1991, para 38,90%, em 2000, e para 13,64%, em 2010 (Gráfico 1).

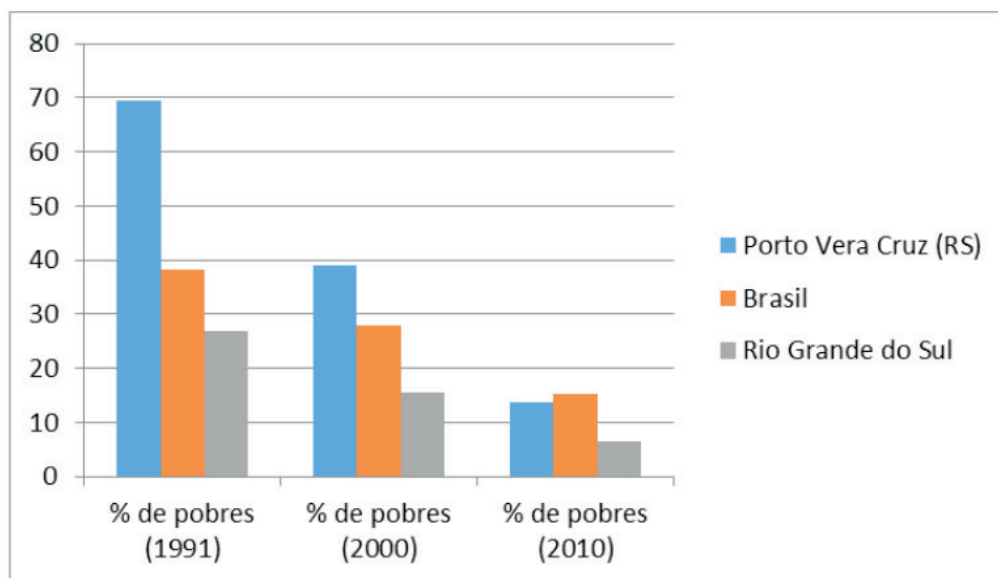


Gráfico 1 - Porcentagem da população pobre

Fonte: ATLAS Brasil, 2016

No Gráfico 2 podemos verificar um comparativo da população extremamente pobre. Porto Vera Cruz baixou o percentual de 42,02% para 4,21% em duas décadas. Contudo, apesar deste último índice estar pouco abaixo da média do País (6,62%), encontra-se muito acima da média do Estado (1,98%). De acordo com dados do IBGE (senso 2010), 61% da população sobrevive com menos de um salário mínimo.

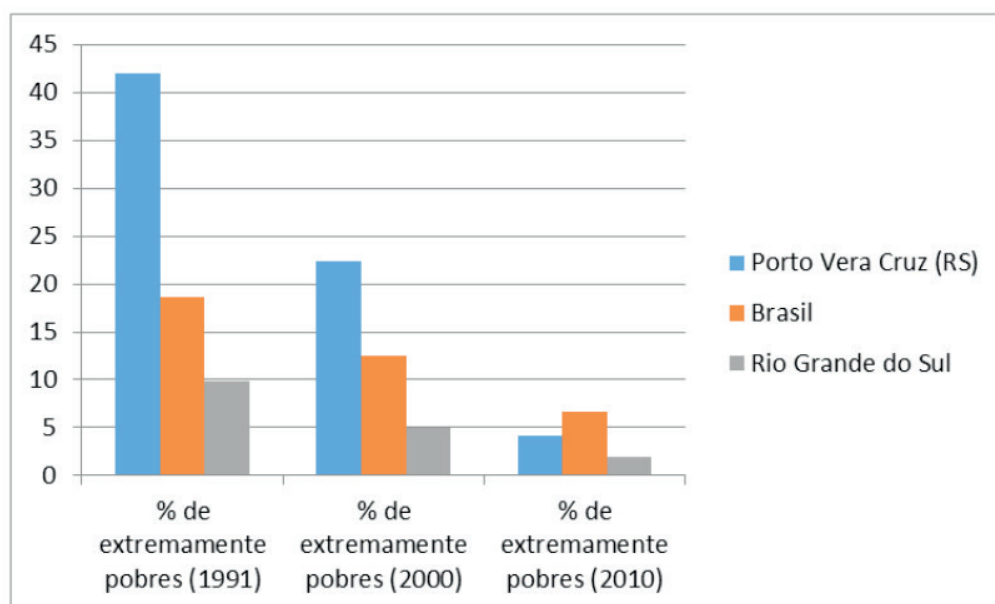


Gráfico 2 - Porcentagem da população extremamente pobre

Fonte: ATLAS Brasil, 2016

A evolução da desigualdade de renda pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,54, em 1991, para 0,46, em 2000, e para 0,42, em 2010 (Gráfico 3).

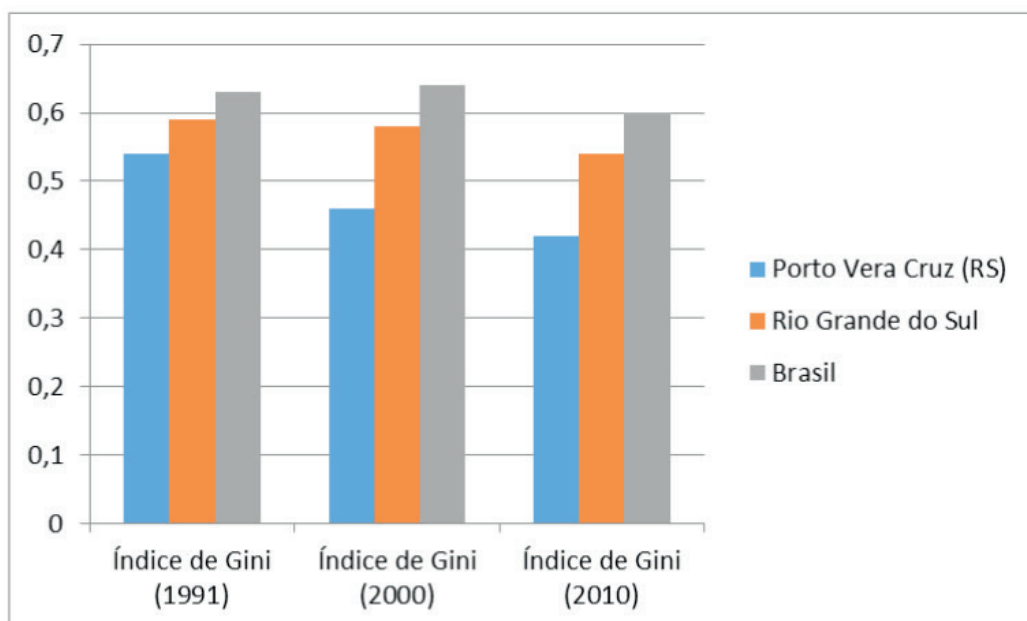


Gráfico 3 - Índice de Gini comparado entre Porto Vera Cruz, Estado do RS e Brasil

Fonte: ATLAS Brasil, 2016

A Tabela 1 ilustra a porcentagem da população em vulnerabilidade à pobreza nos municípios do COREDE Fronteira Noroeste, Estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Nela pode-se observar que o município em estudo neste artigo possui o maior percentual de vulnerabilidade quando comparado aos demais municípios do COREDE, até mesmo maior que do Estado e do País.

Município do COREDE Fronteira Noroeste	% de vulneráveis à pobreza (2010)
Porto Vera Cruz (RS)	34,1
Brasil	32,6
Novo Machado (RS)	32,3
Alecrim (RS)	32,2
Porto Mauá (RS)	28,3
Alegria (RS)	28,1
Independência (RS)	26,6
Doutor Maurício Cardoso (RS)	25,7
Porto Lucena (RS)	25,2
Campina das Missões (RS)	21,5
Senador Salgado Filho (RS)	21,4
Cândido Godói (RS)	19,0
Tuparendi (RS)	19,0
Rio Grande do Sul	18,7
Três de Maio (RS)	18,5
Tucunduva (RS)	17,1
Santa Rosa (RS)	15,3
Santo Cristo (RS)	12,9
São José do Inhacorá (RS)	11,2
Horizontina (RS)	11,1
Boa Vista do Buricá (RS)	8,5
Nova Candelária (RS)	2,6

Tabela 1 – Porcentagem da população em vulnerabilidade à pobreza nos municípios do COREDE Fronteira Noroeste, Estado do RS e Brasil.

Fonte: ATLAS Brasil, 2016

O Gráfico 4 representa a evolução do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Porto Vera Cruz. Observa-se um aumento de famílias beneficiadas no ano de 2009, podendo ser a causa da diminuição do percentual de pobreza e de extrema pobreza apresentado anteriormente nos gráficos 1 e 2 do ano de 2000 para 2010. O índice de Gini (Gráfico 3) também seguiu para o sentido da igualdade de renda no período apresentado, podendo estar relacionado à saída das famílias beneficiadas da linha da pobreza.



Gráfico 4 - Evolução de Famílias Atendidas pelo PBF em Porto Vera Cruz

Fonte: MDS, 2016

Deve-se ressaltar aqui que o período apresentado foi delimitado pela disponibilidade no portal, e contempla, portanto, os anos de 1991 a 2010. Já o Gráfico 4 apresenta os dados de 2005 a 2016, referência que o Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome disponibiliza em seu sítio. De acordo com informações obtidas na Secretaria de Assistência Social de Porto Vera Cruz, o município passou a ser beneficiado com o Programa a partir do ano de 2000.

Pode-se observar no Gráfico 4, que a partir de 2009 o número de famílias beneficiadas veio decaindo ano a ano. De acordo com informações locais, isso se deve a emigração das famílias e pelo fato de muitos beneficiados alcançarem a aposentadoria, sendo desligados do programa. Com isso pode-se verificar que o município enfrenta problemas socioeconômicos fazendo com que parte da população saia em busca de oportunidades em outros municípios e regiões.

A economia principal do município vem da pequena propriedade rural, a qual tem se dedicado a produção hortifrutigranjeira. E aqui faz-se necessário observar que nos últimos cinco anos o município sofreu severas enchentes do Rio Uruguai, situação que fez com que as famílias perdessem grande parte da produção. No momento o município vem incentivando a produção leiteira, ação que tem feito algumas famílias se desligarem do Programa Bolsa Família para receberem um percentual financeiro para este projeto.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou verificar a repercussão do Programa Bolsa Família na posição social e econômica das famílias beneficiadas do município de Porto

Vera Cruz. Para esta pesquisa utilizou-se de método de levantamento de dados, coletados nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com os quais buscou-se alcançar os objetivos propostos.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que foi quantificar os dados existentes referente a população pobre, extremamente pobre e o índice de Gini do Estado, do País e do município de Porto Vera Cruz, foi possível identificar que o referido município apresenta índices percentuais de pobreza e extrema pobreza bem maiores quando comparados ao Estado do RS e do País entre os anos de 1991 a 2000. De 2000 a 2010 os índices apresentam-se pouco abaixo comparados a média nacional, mas ainda acima quando comparados à média do Estado. Mesmo assim, se analisado isoladamente, o percentual de pobreza e extrema pobreza da população baixou ao longo das duas décadas.

Quanto ao índice de Gini observa-se que o município o mantém sempre mais perto da igualdade de concentração de renda, diferindo do Estado e do País, o que deduz que a população é pobre em sua totalidade se fizermos uma relação com os percentuais de pobreza. Isso significa que os problemas econômicos desta população são igualmente enfrentados por todos os habitantes.

Tratando-se do segundo objetivo, que foi identificar o percentual da população vulnerável à pobreza nos municípios do COREDE Fronteira Noroeste, comparando ao Estado e ao País, notou-se que novamente o município em questão está destacado com o maior percentual, identificando-o como o município com população mais vulnerável à pobreza, inclusive mais que a média nacional e quase o dobro da média do Estado.

Quanto ao terceiro objetivo, identificar a evolução do número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de Porto Vera Cruz, percebeu-se que o município aumentou a extensão de famílias beneficiadas entre os anos de 2005 a 2009 e depois foi diminuindo gradativamente. Segundo informações locais, isso se deve à emigração da população para outros municípios e também pelo fato de alguns habitantes se desligarem do programa por alcançarem o benefício da previdência social pela aposentadoria.

O que se pode ver com a análise é uma correlação entre o aumento de famílias beneficiadas com o Programa e a diminuição dos percentuais de pobreza no município ao longo dos anos. Porém, a premissa de que o Programa Bolsa Família combate a pobreza não pode ser confirmada. Deduz-se que a pobreza foi aliviada com o benefício mas não resolveu a situação de vulnerabilidade.

Pequeno (2010) verifica que o conjunto dos programas do governo federal na área social caracteriza-se "[...] pela predominância das políticas focalizadas de cunho neoliberal. Mesmo assim, muito pouco tem sido realizado para combater as causas

estruturais da pobreza ". Desse modo, essa focalização das ações de combate à pobreza, "[...] sem integração com outras políticas que atendam às necessidades básicas da população e que forneçam bens e serviços públicos de qualidade, pode gerar o enfraquecimento da consolidação da cidadania ".

Os resultados desse estudo, mesmo que preliminares, permitem verificar os impactos gerados pelas políticas públicas, no que tange a programas de transferência de renda, não são restritos apenas às famílias beneficiadas, há efeitos diretos e indiretos em toda a sociedade e já que os grandes desafios do PBF são aumentar o número de famílias beneficiadas, chegando a sua universalização e fortalecer sua integração com outros programas de caráter social e produtivos faz-se necessário criar portas de saída para as famílias, gerando desenvolvimento econômico e social.

As estratégias de desenvolvimento devem ser consolidadas de forma a garantir o progresso com equidade para todas as regiões. Tais estratégias precisam de modelos econômicos onde pode-se promover a produtividade de segmentos da força de trabalho historicamente excluídos do processo de geração de riqueza. As políticas públicas devem garantir um desenvolvimento com equidade através da articulação entre a disposição da proteção social e a política econômica.

Deve-se destacar, entretanto, que o perfil socioeconômico do município pode estar atrelado a outras vulnerabilidades diferentes das descritas neste trabalho e por isso sugere-se que se façam mais estudos pertinentes sobre o assunto, para identificar outros fatores que possam estar dificultando o desenvolvimento deste território, bem como avaliar o real impacto que o Programa Bolsa Família vem desenvolvendo para com seus beneficiários e sua capacidade de melhora na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do MDS**. Brasília: 2007

_____. Ministério da Integração. **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Brasília: MI, 2010.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 15 de julho de 2016

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 15 de julho de 2016.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia, planejamento, execução, análise. São Paulo: Atlas, 1994.

PEQUENO, R. A. S. (2010). **O Programa Bolsa-Família**: seus efeitos econômicos e sociais na região Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/26M.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

